

A RELAÇÃO LAZER/TRABALHO E SEU PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA NO MUNDO OCIDENTAL

Christianne Luce Gomes Werneck*

Resumo: *Discussão acerca dos sentidos atribuídos historicamente ao lazer e ao trabalho em seu processo de construção no mundo ocidental. Análises desses fenômenos no contexto da Antigüidade clássica, na Idade Média e na Modernidade apontam para a histórica inter-relação entre o lazer e o trabalho, sempre concebidos em função dos interesses dominantes. As reflexões são apontadas no sentido de considerar lazer e trabalho conjuntamente, enquanto esferas de realização humana imprescindíveis à constituição de uma outra realidade social.*

Palavras-chave: *lazer, trabalho, história, mundo ocidental.*

Abstract: *Discussion about the historical meaning of to the leisure and labor in its construction process in the occidental world. The analyses of these phenomenons in the context of classical Ancient Times, Middle Age and Modern Age point out to the historical relations between the leisure and labor, always conceived in function of dominant interests. The reflexions intended to consider the leisure and labor together, both considered as essential factors for the establishment of a new social order.*

Key-words: *leisure, labor, history, occidental world.*

1 O ponto de partida desta história: lazer e trabalho na Antigüidade clássica

As noções de lazer e de trabalho, bem como todo o saber produzido no mundo ocidental, tem suas raízes primeiras na Antigüidade clássica. Esse contexto histórico é marcado pelo apogeu urbano, intelectual e artístico de Atenas, centro para onde convergiam produtos e idéias do mundo inteiro e de onde partiam, em todas as direções, os princípios básicos de todo o conhecimento construído no Ocidente.

Atenas era a cidade mais procurada pelos homens que se interessavam pelas artes, pela ciência e pela filosofia. Considerada centro cultural do mundo grego, pólo de debates e de efervescência político-cultural, sua importância refletiu-se em vários aspectos, contribuindo sobremaneira para a produção de conhecimentos e também para a difusão de certas concepções de trabalho e de lazer.

Os gregos relacionavam o lazer com o ócio – desprendimento das tarefas servis –, condição propícia à contemplação, à reflexão e à sabedoria. No entanto, apesar de assumir caráter contemplativo e reflexivo, o lazer não significava

* Mestre em Educação Física/UFMG; Especialista em Lazer/UFMG; professora de Recreação/Lazer da Escola de Educação Física da UFMG; membro do Centro de estudos do Lazer e Recreação – CELAR – da Escola de Educação Física da UFMG.

passividade. Ao contrário, representava um exercício em forma elevada, atribuído à alma racional: os tesouros do espírito eram frutos do ócio. Como lembram Carlton Yoshioka e Steve Simpson (1989), o lazer (*skhole*) era o inverso de ocupação (*ascholia*), de recreação (*anapsis*) e de divertimento (*paidéia*). Recreação e divertimento consistiam intervalos entre ocupações, sendo relegados às crianças.

Estudos de Hannah Arendt (1993) revelam que a palavra grega *skhole*, assim como a latina *otium*, significam toda e qualquer isenção da atividade política e não simplesmente lazer, embora ambas sejam também utilizadas para indicar cessação de trabalho. Entretanto, *skhole* não resultava da existência de um “tempo de folga” conquistado sobre o trabalho, mas era a possibilidade de abstenção consciente das atividades ligadas à mera subsistência.

Nesse entendimento, não era qualquer pessoa que poderia gozar do lazer, porque isso implicava, necessariamente, as condições de paz, de prosperidade e de liberdade em face das tarefas servis e das necessidades da vida de trabalho. Como dependia de certas condições políticas e socioeconômicas, o lazer representava um privilégio reservado unicamente à classe dos filósofos, pois os guerreiros, os artesãos, os lavradores, os comerciantes e os escravos não dispunham de oportunidade para vivenciá-lo da forma como originalmente era entendido, uma vez que eram responsáveis pela proteção e pela subsistência da cidade (Werneck, 1995).

Tamanha era a importância do lazer para Aristóteles que este chegava a avaliar uma civilização pela capacidade de encorajá-lo. De acordo com o pensamento aristotélico, deveria haver uma educação para o lazer. A inclusão da *literatura* era justificada por ser útil ao comércio, à economia, ao Estado e à maioria dos atos da vida civil; a *ginástica* era justificada por ser útil à saúde e à força e, a *música*, para os momentos de descanso e de lazer. A música faz nascer a alegria, por isso deveria estar presente na educação, nos momentos festivos e nas reuniões. Para esse autor, as pessoas tinham que aprender a desejar o repouso filosófico, pois é por meio dele que se torna possível alcançar virtudes. Afinal, o movimento que esse exercício “comunica ao espírito, liberta-o e descansa-o pelo prazer que lhe proporciona” (Aristóteles. *A política*, p. 101).

Pensando na inter-relação lazer/educação na Antiguidade clássica, Aristóteles procurou contemplar esses dois aspectos no ensino da filosofia. O Liceu, fundado em Atenas por esse filósofo em 335 a. C., foi construído em um bosque, local preferido por Sócrates para suas contemplações. O Liceu possuía um edifício, um jardim e uma alameda para passeio, por onde Aristóteles e os estudantes passeavam, discutindo prazerosa e animadamente a filosofia.¹

O prazer, para Aristóteles, é um ato completo em si mesmo, não tende para nada, senão para ele próprio. Não é a transição da potência ao ato, mas o ato em si e por si. Não é um “dever”, não possui começo nem fim, mas é um momento pleno e completo. O prazer, no pensamento aristotélico, não é o objetivo da vida, mas

¹ Segundo Marilena Chauí, em grego a alameda era chamada *peripato*, passeio onde se caminha dialogando e exercendo a contemplação. Por esse motivo, a escola aristotélica foi chamada *peripatética* (CHAUI, 1994).

aspiramos a ele porque desejamos viver, e a vida é uma atividade que recebe do prazer um sentido a mais, aumentando o desejo de viver.

Entretanto, Aristóteles (*A política*, p. 101) argumenta que o prazer “não é o mesmo para todos; cada qual dispõe a seu modo e segundo o seu caráter.” Dessa forma, o homem perfeito concebe a felicidade perfeita, compondo-a das virtudes puras que são também proporcionadas pela vivência do lazer. Nesse sentido, para saber compreender o lazer é preciso aprender e desenvolver certas habilidades que tenham por fim o próprio indivíduo que goza desse repouso. Por essa razão, as classes que se dedicam à “vida ativa” – artesãos, lavradores e guerreiros – deveriam estar em condições de produzir e de fazer a guerra mas, para Aristóteles, valia muito mais gozar da paz e do repouso proporcionados pelo lazer.

Para compreender o significado da expressão “vida ativa” em Aristóteles, busco auxílio nas análises realizadas por Hannah Arendt (1993). Segundo as considerações dessa autora, a expressão *vita activa* designa três atividades humanas fundamentais: o labor (*labor*), o trabalho (*poiesis*) e a ação (*praxis*). O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano; relaciona-se às necessidades vitais produzidas e introduzidas no decorrer da existência. Com isso, a condição humana do labor é a própria vida. Ele assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a perpetuação da espécie.

O trabalho, por sua vez, é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, traduz o fazer, o fabricar, o criar pela arte. É obra do *homo faber*, ser humano que maneja instrumentos, capaz de produzir um mundo “artificial” de coisas, nitidamente distinto de qualquer ambiente natural. O mundo do trabalho se destina a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais, perpetuando-se através dos tempos. O trabalho e o seu produto – o artefato humano – emprestam determinada permanência e durabilidade à futilidade da vida e ao caráter efêmero do tempo humano. Dessa forma, a condição humana do trabalho é a mundanidade.

A ação corresponde à condição humana da pluralidade e é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação dos objetos ou da matéria. Nesse domínio, o recurso utilizado pelo ser humano é o discurso, a palavra. Trata-se, pois, da ação no campo ético e político. À medida que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, a ação cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história.

Aristóteles distinguia três modos de vida que os homens podiam escolher livremente, desde que fossem independentes das necessidades do trabalho e das relações dele decorrentes. Afinal, nem o labor, nem o trabalho eram considerados dignos para constituir um modo de vida autônomo e autenticamente humano – uma vez que serviam e produziam apenas o que era necessário e útil –, excluindo todos aqueles que não podiam dispor livremente dos seus movimentos e ações.

Esses três modos de vida salientados no pensamento aristotélico têm em comum o fato de se dedicarem ao “belo”, àquilo que não era necessário nem meramente útil: a vida voltada para os prazeres do espírito, no qual o belo é consumido tal como é dado; a vida dedicada aos assuntos da *polis*, em que a excelência do discurso

produz belos feitos; e a vida do filósofo, dedicada ao exercício filosófico e à contemplação das coisas eternas, cuja beleza não é causada pela interferência produtiva do homem, nem mesmo alterada por meio do consumo humano.

Dessa forma, o lazer era o inverso de *vita activa* – que engloba tanto o labor, como o trabalho ou a ação – sendo então associado ao que Aristóteles entende por *vita contemplativa*, exercício nobre ao qual somente poucos poderiam se entregar. Além disso, é importante ressaltar o caráter a-político e a-histórico assumido pelo lazer, uma vez que, para gozá-lo, era fundamental abster-se do trabalho útil ou produtivo e cessar toda a vida política concretizada nas delimitações do espaço público da *polis*, buscando o recolhimento privado, condição necessária ao repouso filosófico.

As considerações aristotélicas influenciaram sobremaneira a constituição do pensamento ocidental, sobretudo no que se refere ao entendimento de lazer como algo que está atrelado ao trabalho, assumindo contraditórias relações. Dessa forma, a verdadeira relação que caracteriza a categoria trabalho-lazer na Antiguidade clássica, sobretudo considerando o esplendor grego, é a dialética necessidade-liberdade pois, como nos diz Hannah Arendt (1993), o desejo de libertação das fadigas e penas do trabalho é tão antigo quanto a história de que se tem registro.

Entretanto, não foi essa a idéia difundida após o declínio da civilização helênica, que ocorreu paralelamente à ascensão romana. Embora bastante influenciada pela cultura grega, Roma foi palco para a constituição de novos valores, principalmente no que se refere à propagação do cristianismo nessa fase final da história antiga.

Se a princípio os cristãos foram perseguidos, posteriormente o cristianismo foi adotado como religião oficial de Roma, recurso empregado na esperança de unificar, espiritualmente, um império em constante degradação moral e política. Porém, à medida que o cristianismo triunfava, declinava o poderio político de Roma, que teve seu império esfacelado não somente pelas invasões bárbaras, mas também pelo movimento revolucionário dos escravos e dos colonos, tão explorados na sociedade escravista romana.

Ao aceitar adeptos de todas as classes sociais – por ser a religião dos humildes –; ao conceder alguns direitos às mulheres – apesar de serem proibidas de tornarem-se membros do clero –; e ao enunciar uma preocupação com a salvação após a morte, o cristianismo possibilitou novos significados ao trabalho e ao lazer, que passam a corresponder às perspectivas cristãs. Que novos contornos foram, então, delineados para o lazer e para o trabalho no contexto medieval?

2 Incorporando novos valores no período medieval

Com a difusão do cristianismo, surge um novo elemento que passa a definir outros sentidos às concepções de lazer e também de trabalho: Deus. Durante esse período, a religião cristã desempenhou um papel de extraordinária importância na vida humana, constituindo o denominador comum de todas as pessoas.

Com isso homem e mundo, lazer e trabalho passaram a ser concebidos como criação de Deus, e o homem, dotado de razão, sentimentos e emoção, passa a ser um

portador de livre-arbítrio, devendo encaminhar sua vida de acordo com um código moral revelado por Deus.

Dentre outros aspectos, esse código moral era, ao mesmo tempo, baseado na condenação do lazer – uma vez que ele representava um perigo à purificação da alma – e na ênfase à noção aristotélica de ócio como contemplação, vida dedicada aos deleites do espírito de forma restrita, vigiada e extremamente controlada. No caso do trabalho, a origem dessa palavra (do latim *tripalium*) expressa a idéia de padecimento e cativo.

Revestido da dimensão religiosa, o trabalho manteve a conotação de algo penoso, um verdadeiro castigo para o ser humano. Tal sentido pode ser encontrado no Antigo Testamento, onde o trabalho é associado a tudo aquilo que é desagradável, por ser uma punição de Deus ao pecado original. Assim está escrito no livro do Gênesis, em seu terceiro capítulo, versículo 19: “No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra”.

Nesses termos, era imprescindível que o ser humano aceitasse sua condição de pecador dedicando-se, sem questionamentos, ao árduo trabalho. Em contrapartida, seus momentos de repouso deveriam ser orientados para a busca da paz e da purificação do espírito, evitando todo o tipo de tentação causada pelos prazeres da carne. Somente dessa forma seria possível alcançar um lugar entre os “eleitos” de Deus.

Esse fato pode ser evidenciado em *O nome da rosa*, obra de Umberto Eco que retrata a vida religiosa numa metáfora dos negros anos da Inquisição. Em um mosteiro da Itália medieval, sete monges são assassinados em sete dias e sete noites. O motivo de tais crimes era a leitura de um exemplar grego que tinha suas páginas envenenadas, matando de forma fulminante aquele que se atrevesse a tomar ciência de seu conteúdo, que tratava da comédia e da forma como ela suscita o riso, alimentando o prazer corporal. Existiam outros livros que tratavam do mesmo assunto, mas com uma diferença: este fora escrito pelo grande filósofo Aristóteles, referência fundamental do saber produzido e reproduzido na Idade Média.

Nessa obra o riso era invertido, elevado às artes, tratado no mundo dos doutos, sendo objeto de filosofia e de pérfida teologia. “O riso distrai, por alguns instantes, o aldeão do medo. Mas a lei é imposta pelo medo, cujo nome verdadeiro é temer a Deus” (p. 533). Esperava-se arrancar as almas do pecado por meio do medo, e o riso possuía poder para dissipá-lo. O grande problema suscitado através do riso era, justamente, a possibilidade de voltar a atenção para o prazer sem sentimentos de culpa, de forma adversa aos assuntos tratados nas inúmeras obras dedicadas ao pecado. Afinal, “se um filósofo de tal grandeza consagrara um livro inteiro ao riso, ele devia ser uma coisa importante” (p. 137). O riso era o primeiro passo ao pecado, à busca de prazer, à alegria, ao lazer. Por essa razão, ele deveria ser banido da vida de todo “bom” cristão, mantendo-se a noção de trabalho como algo penoso, moralmente necessário para a salvação da alma. Dessa forma, tanto o trabalho como o lazer deveriam ser desprovidos do prazer experimentado corporalmente.

De forte influência e tradição no pensamento ocidental, a posição católica também teve como base a moralização do trabalho, fazendo geralmente as conexões

trabalho-vida e trabalho-dor. Segundo esse pensamento, trabalho e persistência conduzem ao êxito, pois é da vontade de Deus que todos trabalhem. A "perda de tempo" ocasionada pelo lazer é o primeiro e principal pecado, pois ele é pernicioso aos homens, dando-lhes chance de se entregar às armadilhas do pecado.

O lazer, também restrito a alguns privilegiados nesse contexto histórico, só poderia ser vivenciado se contribuísse para elevar a alma à Deus, impregnando valores morais considerados essenciais para o mundo do trabalho, para a estruturação da família nos moldes cristãos e, sobretudo, para a manutenção da Igreja católica como corporação universal, como salientam os estudos realizados por Eustáquia Salvadora de Sousa (1994).

A moral protestante também se encarregou de alimentar a concepção de lazer como direito de poucos e meio moralizante para o trabalho. Para tanto, procurou reavaliar os princípios religiosos necessários ao ideal do trabalho cristão, encarado como um meio de salvação e instrumento de purificação.

Com ênfase no aspecto moral, o trabalho era visto como um dever, como um modo de servir a Deus. Segundo esse pensamento, como o destino e a vocação de cada um é previamente definido por Deus, qualquer profissão deveria ser uma forma de o homem mostrar, por meio dos êxitos alcançados em seu ofício, que é um eleito do Senhor. Por esse motivo, todos deveriam entregar-se inteiramente ao trabalho, evitando o consumo supérfluo e a riqueza, uma vez que consistiam tentações para a vadiagem e o relaxamento.

Embora as condições de vida dos servos e camponeses medievais fossem muito superiores às dos escravos romanos, eram ainda muito precárias, marcadas pela fome, pela miséria e por pesados trabalhos: condição necessária à eterna salvação. Além disso, todas as ocasiões festivas realizadas nesse período tinham um fim religioso, o que propiciava a incorporação de determinados sentidos, que objetivavam a manutenção da ordem social vigente.

Assim sendo, tanto a moral católica como a protestante possibilitaram a utilização do trabalho e do lazer como um eficiente mecanismo de controle moral e social, colocado a serviço de determinados interesses.

Mas esse revestimento cristão que manipulou o trabalho e o lazer continuou se perpetuando no decorrer da Modernidade, ou cedeu lugar a novos princípios?

3 A Modernidade: palco de mudanças históricas para o trabalho e o lazer

Segundo Marilena Chauí (1986), é difícil precisar, cronologicamente, quando se inicia a Modernidade. Apesar dessa dificuldade, muitos historiadores designam o Renascimento como um período de transição entre as Idades Medieval e Moderna, fase marcada por crises de diversas naturezas.

Esse momento de crise foi caracterizado por uma época extremamente conturbada, com grandes conflitos intelectuais e políticos entre a Igreja e o Estado, por um momento de indefinição teórica devido à forte influência dos conceitos medievais e

também por uma efervescência epistemológica, intelectual e artística, acentuada pelo desejo de empreender novas descobertas quanto à natureza e ao homem, demolindo tudo quanto viera do passado e redescobrimdo o saber greco-romano liberto da tradição cristã. Afinal, de acordo com o pensamento moderno, "a religião era o passado, o obscurantismo" (Touraine, 1994:323).

Marilena Chauí destaca que alguns historiadores, contudo, preferem considerar o início da Modernidade no período conhecido como "Século de Ferro" (1550 a 1660), baseando-se nas grandes transformações econômicas, políticas e sociais decorrentes da implantação do capitalismo na Europa.

Para ser compreendido em suas diferentes dimensões, é preciso que o capitalismo não seja reduzido à economia de mercado, pois a relação fundante desse sistema é social – embora nem sempre ela apareça como tal. Nesse sentido, o capitalismo é um sistema histórico-social que tem uma identidade própria, baseada na relação dialética entre a burguesia e o proletariado.

Allain Touraine (1994) afirma que o ideal capitalista é sacrificar tudo em nome do trabalho, mas isso não assegura a salvação, e sim o acúmulo de riqueza para os detentores do capital. Dessa forma, os pilares do capitalismo são sustentados pela exploração da mão-de-obra assalariada, que não tem outro recurso que não seja vender, em troca de um salário, a sua própria força de trabalho.

Apesar de o capitalismo não ser um sistema rígido, uma vez que se vem perpetuando graças à sua grande capacidade de adaptação e flexibilidade, a história construída em nossa sociedade revela a "fratura exposta" do capitalismo: a exploração proveniente do advento mundialmente conhecido como *Revolução Industrial*.²

Mesmo havendo uma divergência de opiniões, pode-se afirmar que a *Revolução Industrial* ocorreu na segunda metade do século XVIII na Grã-Bretanha, sobretudo na Inglaterra, com os aperfeiçoamentos da máquina a vapor, principalmente na produção têxtil e metalúrgica. A *Revolução Industrial* caracteriza-se pela riqueza de seus inventos e é traduzida como a combinação entre técnica e ciência. A partir daí, veio atingindo toda a Europa e o resto do mundo (Iglésias, 1981). Contudo, é importante destacar que, no caso do Brasil, esse fenômeno iniciou-se aproximadamente nos anos 30 e vem sendo sedimentado desde a década de 70.

Além da *Revolução Industrial*, a *Revolução Francesa* também foi responsável pelo estabelecimento de uma nova ordem política e social na moderna sociedade européia. Essas revoluções foram marcantes para a consolidação do capitalismo e encerraram um golpe mortal no feudalismo. A burguesia, classe média em ascensão, já

² Ao contrário do que se pensa, a indústria – entendida como preparo de matéria-prima para o uso – não surgiu na Modernidade: ela sempre existiu, desde as épocas mais antigas. A produção em pequena escala é conhecida como artesanal, diferentemente da manufatureira, que apresenta maior complexidade e é mais ampla e diversificada. A chamada produção industrial, por sua vez, requer utilização de utensílios e máquinas capazes de substituir o trabalho pesado do homem. Dessa forma, toda transformação de matéria-prima pode ser chamada de industrialização, como salienta Francisco Iglésias (1981). Não se pode afirmar que ela começou somente com o uso sistemático do vapor na segunda metade do século XVIII mas, sem dúvida, o salto decisivo da indústria ocorreu nesse período, ganhando dinamismo no século XIX e sobretudo no século XX, em consequência do avanço científico gerado com a *Revolução Industrial*.

detinha o poder econômico. Faltava-lhe, contudo, o poder político. Foi assim que a Revolução Francesa, escutada pelos princípios “igualdade, liberdade e fraternidade”, provocou o estabelecimento da moderna sociedade burguesa e favoreceu a expansão do capitalismo na Europa.

Assim sendo, o fim do século XVIII, na Europa, é um dos raros momentos revolucionários de nossa história. Ele configurou a sociedade, a política, a economia, o trabalho, o lazer e o próprio homem, devido às transformações geradas com a implantação do modo de produção capitalista.

A ideologia predominante na prática social capitalista supervaloriza o trabalho, pois ele define as identidades e os papéis assumidos na sociedade, sendo o denominador comum das pessoas. Além disso, ele é a possibilidade de manutenção da riqueza e também da produção de excedente para aqueles que detêm o capital.

No histórico conflito travado entre capital e trabalho assalariado, socialmente gerado nas sociedades capitalistas, os protagonistas dessa situação assumem posições antagônicas por terem interesses distintos e contraditórios. Enquanto a classe detentora do capital objetiva, sobretudo, a acumulação de mais riqueza, a manutenção de seus privilégios – dentre os quais o lazer – e a concentração do poder em suas mãos, a classe operária clama, incessantemente, por melhores condições de vida e de trabalho, com salários dignos, distribuição de renda justa, redução da jornada de trabalho, mais segurança na prática de seus ofícios e oportunidade de emprego para todos.³

Nesse contexto emerge o lazer, enquanto fenômeno histórico-social intimamente relacionado às questões que envolvem o trabalho e a vida como um todo. Ao contrário do sentido grego de *skhole*, o lazer da forma como conhecemos hoje foi fruto de reivindicações sociais, resultante da existência de um “tempo de folga” conquistado sobre o trabalho. Vale ressaltar as contribuições de Paul Lafargue – genro de Karl Marx – nesse sentido, através de seus escritos em defesa de um dos direitos dos operários: o direito à preguiça, ao descanso, ao lazer.

Apesar do pessimismo que engendra a obra *O trabalho em migalhas*, de Georges Friedmann (1983), esse autor nos esclarece que os trabalhadores assalariados buscavam, diante das condições experimentadas em consequência do trabalho capitalista alienante, reconquistar no lazer tudo aquilo de que vinham sendo privados: a iniciativa, a responsabilidade, a criatividade e a realização.

Assim sendo, o lazer parece estar restrito à compensação da insatisfação e da alienação causadas pelo trabalho, à recuperação psicossomática do trabalhador e à possibilidade ingênua de realização humana, desvinculada das questões mais amplas que constituem a dinâmica social, como indicam ponderações de Nelson Carvalho Marcellino (1987).

³ É importante salientar que o capitalismo avançou através da pobreza e da degradação dos trabalhadores assalariados, tornando a divisão de classes mais acentuada. No século XX já se observava o desemprego total, e trabalhadores desesperados em filas dispostos e ansiosos a aceitar qualquer emprego, como destaca Charles Chaplin no filme *Tempos modernos*.

Enquanto prática social vinculada ao moderno mundo do trabalho, o lazer assume como funções básicas, dentre outras, a *compensação* das frustrações experimentadas, a *recuperação* de energias exigidas para o exercício laboral, bem como a possibilidade de consumo de bens e serviços. Dessa forma, percebo que essas duas esferas não são opostas, mas *complementares*: mais uma vez, o lazer se torna “útil” aos interesses – sociais, políticos e econômicos – que permeiam não somente o trabalho, mas a vida como um todo.

Essa visão funcionalista do lazer tem raízes profundas. Desde a Grécia Antiga, o lazer era associado ao prazer e compreendido como fim em si mesmo, privilégio de classe e atividade da alma que, para ser gozado, precisava estar livre das necessidades do trabalho. No período medieval, foi ainda utilizado como uma forma de controle, manipulação social e manutenção de privilégios, espaço reservado à moralização do trabalho e de diferentes esferas da vida social. Nesse contexto histórico, tanto o trabalho como o lazer eram voltados para o prazer espiritual, uma vez entendidos como meios de salvação e purificação do espírito. Posteriormente, com o avanço do capitalismo e com os novos significados atribuídos ao trabalho e ao lazer, esse último foi também mercadorizado, transformando-se em um espaço para consumo de produtos e serviços.

Por outro lado, seguindo a perspectiva gramsciana, Marcellino (1987) destaca a oportunidade de o lazer atuar como *alavanca de transformação social*, pois é um fenômeno gerado historicamente, do qual podem emergir valores questionadores da sociedade. A admissão da importância do lazer na vida moderna significa, pois, considerá-lo como um espaço privilegiado para a vivência de valores que possam contribuir, enquanto resistência, para mudanças de ordem moral e cultural, imprescindíveis à construção de uma outra realidade social, mais justa e humanizada.

Concluindo, este estudo mostrou que o entendimento de lazer vem sendo, historicamente, atrelado à noção de trabalho, nem sempre assumindo caráter de oposição. Essa relação dialética demanda, pois, repensar os vínculos constituídos entre esses dois fenômenos, pois ambos são importantes para a realização humana.

Se em nossa sociedade o trabalho vem sendo reduzido ao nível do simples labor para a maioria dos trabalhadores, traduzido em esforço cansativo e rotineiro que tem a sobrevivência como objetivo; e o lazer vem sendo concebido como um privilégio de poucos e meio de se internalizar a maneira dominante de ver o mundo, é preciso que essas duas esferas sejam repensadas, compreendidas e vividas da melhor maneira possível, alargando os horizontes construídos até o momento. Dessa forma, é preciso lutar contra a “laborização do mundo”, elevando tanto o lazer como o trabalho produtivo ao plano da *praxis* em seu sentido grego. Isso se torna possível através da politização dos sujeitos sociais que somos, produtos e produtores de nossa história, podendo encaminhá-la (ou não) de acordo com os nossos desejos.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

- ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Revendo os vínculos entre trabalho e educação; elementos materiais da formação humana. In: SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 163 - 216.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Primeira filosofia: lições introdutórias*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ECO, Umberto. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. *Dicionário de Filosofia*. Campinas: Papyrus, 1993.
- FRIEDMANN, Georges. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Trad. João Paulo Monteiro. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- IBRAHIM, Hilmi. Feudal societies: learning from the past. *Journal of physical education, recreation and dance/Leisure today*, Washington/USA, v. 60, n. 4, p. 40-41, apr., 1989.
- IGLÉSIAS, Francisco. *A Revolução Industrial*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Kairós, 1980.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. Campinas. Papyrus, 1987.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *A Recreação/Lazer e a Educação Física: a manobra da autenticidade do jogo*. Campinas: FEF/UNICAMP, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- SOUSA, Eustáquia Salvadora de. *Meninos, à marcha! Meninas, à sombra!*; história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte - 1897-1994. Campinas: Faculdade de Educação da UNICAMP, 1994. (Tese de Doutorado).
- TOURAINÉ, Allain. *Crítica da Modernidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. *O uso do corpo pelo jogo de poder na Educação Física*. Belo Horizonte: Escola de Educação Física da UFMG, 1995. (Dissertação de Mestrado).
- YOSHIOKA, Carlton, SIMPSON, Steve. The aristotelian view of leisure; Athens, Sparta and Rome. *Journal of physical education, recreation and dance/Leisure today*, Washington/USA, v. 60, n. 4, p. 36-39, apr., 1989.